

Plano de Transportes Escolares

Ano letivo 2017/2018

I – Enquadramento

A Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, estabelece o quadro das atribuições e competências das Autarquias Locais, relativamente à educação, nomeadamente o seu artigo 33º. Nos termos do nº 1, da alínea gg), do mesmo artigo, compete aos órgãos municipais assegurar, organizar e gerir os transportes escolares.

Nos termos do DL nº 299/84, de 5/09, alterado pelo DL nº 7/2003, de 15/01 e pelo DL nº 176/2012, de 2/08, é da competência das Autarquias garantir o serviço de transportes aos alunos do ensino básico e secundário (oficial, particular e/ou cooperativo) que residam a mais de 3 ou 4 km dos estabelecimentos de ensino, respetivamente sem ou com refeitório.

No seu nº 1, do artigo 25º, do DL 55/2009, de 02/03, os alunos que frequentam estabelecimentos do ensino básico que não sejam acessíveis a pé, a partir do lugar da sua residência, e que não possam utilizar transportes públicos para efeitos de deslocação entre a residência e o estabelecimento de ensino, é facultado um serviço adequado de transportes escolares, sendo a sua acessibilidade definida nos termos do nº 1, do artigo 2º, do DL nº 299/84, de 5/09, na sua atual redação.

A Lei nº 13/2006, de 17 de abril, define ainda o regime jurídico do transporte coletivo de crianças e jovens até aos 16 anos, de e para os estabelecimentos de educação e ensino.

O Plano de Transportes Escolares é o instrumento de gestão desta atividade e deverá complementar todos os princípios, demais legislação em vigor, bem como a rede de transportes públicos existentes.

II – Memória Descritiva

A Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, adiante designada por Câmara Municipal, dando cumprimento ao disposto no Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro, na sua atual redação, vai promover o **Plano de Transportes Escolares** para o ano letivo de 2017/2018 que deverá abranger um total de **900** estudantes.

III – Princípios Gerais

3.1- Têm direito ao serviço de transporte escolar os alunos que frequentam o 1º, 2º e 3º ciclos e ensino secundário que residam a mais de três quilómetros dos estabelecimentos de ensino, de acordo com o disposto no ponto 1, do artigo 2º, do Decreto-Lei nº 299/84 de 5 de setembro, na sua atual redação.

Educação, Juventude, Ação Social e Saúde

•••

3.1.1 - No que diz respeito aos alunos do 1º ciclo, apenas têm direito à utilização do serviço de transporte escolar aqueles que provenham de escolas encerradas, tendo em consideração as áreas pedagógicas de influência das escolas do 1º ciclo, bem como a faixa etária dos alunos em causa, relativamente à especificidade do transporte que a ela é destinado e as suas próprias exigências (Lei nº 13/2006, de 17 de abril).

3.1.2 - Poderão ainda ser transportadas crianças que estejam a frequentar o ensino pré-escolar, no Centro Educativo de Montemor-o-Velho, transporte esse sempre condicionado às vagas sobranes e efetuado no âmbito do Regime Jurídico de Transporte de Crianças e Jovens até aos 16 anos (Lei nº 13/2006, de 17/04).

3.1.3 – Nos casos em que a rede de ensino existente no concelho não satisfaça as necessidades, a Câmara participará no custo do transporte escolar para os estabelecimentos de ensino particular ou cooperativo que possuam, cumulativamente, contrato de associação e paralelismo ou autonomia pedagógica.

3.2 – A metodologia a adotar para a concessão de Transporte Escolar encontra-se prevista no Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro, com as devidas alterações, nas Portarias nºs 161/85 e 181/86, de 23 de março e de 6 de maio respectivamente, no Decreto-Lei nº 176/2012, de 2 de agosto e demais legislação em vigor e no presente Plano.

3.2.1 - Os alunos do ensino básico, menores de idade, têm a participação do Município de 100% do custo do transporte escolar.

3.2.2 - Os alunos do ensino secundário têm a participação do Município de 50% do custo do transporte escolar. Em relação ao pagamento da participação familiar, esta será efetuada via multibanco, ou presencialmente no Balcão Único desta Câmara Municipal. O prazo para o pagamento, será entre os dias 10 e 22 do mês que antecede o mês de utilização do transporte, após recebimento de SMS, emitida pela plataforma Siga Edubox – Sistema Integrado de Gestão e Aprendizagem.

3.3 – A rede de transportes escolares assenta na utilização de carreiras públicas de passageiros das transportadoras a operar no concelho e nos Caminhos de Ferro, ou de outras instituições locais com as quais a Câmara Municipal estabeleça acordo de colaboração, ou ainda em transportes de aluguer, no âmbito do Regime Jurídico de Transporte de Crianças e Jovens até aos 16 anos, nos termos da Lei nº 13/2006, de 17 de abril.

Educação, Juventude, Ação Social e Saúde

•••

3.4 – A área de influência do Plano de Transportes Escolares é a área do Município de Montemor-o-Velho.

3.5 – Os estudantes que se matriculem em estabelecimentos de ensino fora da área do município de Montemor-o-Velho, não têm direito ao serviço de transporte escolar, com exceção do prescrito nos pontos seguintes:

3.5.1 – Podem ser subsidiados os estudantes residentes no concelho a frequentarem um estabelecimento de ensino sito na área de outro município desde que:

a) – Não tenham no Município de Montemor-o-Velho a área escolhida (devendo apresentar declaração do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho em como não existe o curso/área e ainda certificado de matrícula ou declaração do estabelecimento de ensino, que indique a área na qual o aluno se encontra matriculado).

b) - Os alunos do ensino secundário poderão ainda ter direito a esta comparticipação, quando apesar de existir a oferta no Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho, frequentem uma disciplina específica não lecionada neste Agrupamento, devendo disso fazer prova.

c) – A existência de casos excecionais previstos na lei.

3.6 – Os alunos residentes nas freguesias de Arazede, Pereira e Santo Varão frequentarão, como prioridade os estabelecimentos de ensino da E.B. 2,3 Ciclos de Arazede e a E.B.I. de Pereira, respetivamente. A frequência em outros estabelecimentos de ensino nos concelhos limítrofes será sujeita a justificação prévia, sendo devidamente instruídos e submetidos a despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal ou do (a) Vereador(a) da Educação.

3.7 - O período de tempo máximo de transporte de cada aluno entre o local de embarque e o início das aulas, e vice-versa, não deve ultrapassar os 60 minutos.

3.8 – Os estudantes que se inserem nos pontos 3.5.1 e 3.6 apresentarão obrigatoriamente, documentos comprovativos das situações referidas, submetendo os casos ao despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal ou do(a) Vereador(a) da Educação.

3.9 – Os estudantes residentes noutros Municípios e que venham a frequentar estabelecimentos de ensino na área de Montemor-o-Velho, poderão ser integrados na rede de Transportes Escolares do

Educação, Juventude, Ação Social e Saúde

•••

Município, desde que no ato da candidatura ao transporte se encontrem munidos de declaração do Município da área de residência, comprovativa de que os mesmos suportam o encargo respetivo.

3.10 – Alunos que se encontram no Ensino Secundário:

3.10.1 – Os pedidos dos alunos que se encontrem neste nível de ensino serão comparticipados em 50% do custo do transporte até aos 20 anos, na data da matrícula.

Todos os casos que não se enquadrem no critério anteriormente definido, serão alvo de análise sócio-económica do agregado familiar.

3.11 – Quando se apurar que o pedido efetuado pelo aluno não se enquadra nas situações descritas nos pontos anteriores, e caso haja indícios, ou seja, alegada situação de vulnerabilidade social, poderá o mesmo ser alvo de análise social, dependendo desta a decisão superiormente proferida.

3.12 – Os alunos que provoquem danos nas paragens de autocarro e estações de Caminho de Ferro bem como, nos meios de transporte que utilizam, serão sempre responsáveis pelos prejuízos causados, reservando-se a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho o direito de cancelar de imediato o apoio concedido.

IV – CONDIÇÕES DE ACESSO

4.1 – Em impresso próprio, fornecido pela Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, onde constam os seguintes elementos: o nome, a data de nascimento, a residência, o nº de contribuinte, o número de telefone, o estabelecimento de ensino, o ano de escolaridade, a transportadora pretendida, o local de embarque e uma fotografia tipo passe, caso necessário (documento em anexo).

4.2 – O pedido de serviço de Transporte Escolar poderá ser feitos nos seguintes moldes:

- presencialmente, no Balcão Único desta Câmara Municipal;
- noutra(s) plataforma(s), a disponibilizar pelo Município;
- poderá ainda ser feito no ato da matrícula ou renovação de matrícula do estudante no estabelecimento de ensino, devendo as escolas, neste caso, remeter à Câmara Municipal, **até 21 de julho de 2017**, todos os processos de candidatura ao subsídio de transporte escolar, à exceção dos pedidos dos alunos sujeitos a exames, cujos processos, por força das circunstâncias, darão entrada mais tarde.

Educação, Juventude, Ação Social e Saúde

• • •

4.2.1 – Até 21 de agosto de 2017, a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho deverá a enviar às transportadoras, as listagens dos processos deferidos, onde conste: a identificação do aluno, a data de nascimento, o local de embarque e a percentagem de comparticipação.

4.2.2 – Os casos excecionais entregues à posteriori serão pontualmente analisados.

V – OUTRAS DISPOSIÇÕES

5.1 – Os casos omissos serão resolvidos pela Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, por iniciativa de qualquer das entidades envolvidas no processo, após informação dos serviços e despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal ou do(a) Vereador(a) da Educação.

Paços do Município, 02 de maio de 2017.